

# *Con Brasil* 'Tudo pelo social' custou JORNAL DO BRASIL 12 NOV 1989 US\$ 25 bilhões aos pobres

BRASÍLIA — A política econômica adotada em 1989 — último ano do governo do *tudo pelo social* do presidente Sarney — custará aos pobres do Brasil US\$ 25 bilhões até o fim de dezembro. Todo esse dinheiro, que daria para construir 3,6 milhões de casas populares, foi transferido dos 80% mais pobres da população para os 5% mais ricos, por meio da perversa combinação de juros altos com inflação alta ocorrida neste ano.

Essa combinação constituiu o chamado *imposto inflacionário*. O seu mecanismo é o seguinte: o Banco Central emite cruzados novos, que perdem 1,5% do valor ao dia, o que corresponde à taxa de remuneração do capital aplicado no overnight. Essa perda é sofrida pelos 80% dos brasileiros que não têm acesso ao overnight, recebem seu dinheiro uma vez por mês e, ao final de 30 dias, vêem sua capacidade de compra cair 40% — percentual correspondente à inflação do mês. O BC ganha com a desvalorização dessa moeda que ele emitiu e usa o ganho para pagar a taxa do overnight. Ou seja, passa para os ricos o que ganhou dos pobres.

O valor dessa transferência foi determinado pelo economista Cláudio Dantas, ex-diretor do Banco do Brasil, assessor da Secretaria de Economia e Finanças, que fez um estudo sobre o *imposto inflacionário* no Brasil de 1989. "É o imposto anti-Robin Wood", afirma ele em seu trabalho, fazendo uma comparação com o lendário cavaleiro inglês que roubava dos pobres para dar aos ricos. De acordo com as contas do economista, a receita do governo com esse imposto neste ano representou uma vez e meia a arrecadação tributária total.

**Papel pintado** — Para entender como acontece, na prática, essa transferência, Dantas apresenta um exemplo. Imagine-se que a produção de soja de um grande agricultor seja

adquirida pelo governo e paga em cruzados novos. Na prática, o governo teria que sacar esses cruzados novos de sua conta no BC e levar até o produtor, que ao receber o dinheiro se daria conta de que, se permanecer com ele, ficaria mais pobre 1,5% ao dia. Deposita então o pagamento em um banco e exige a remuneração de 1,5% ao dia.

O banco procura colocar o dinheiro com outro cliente para evitar que ele próprio perca, mas não encontra quem queira, pois todos sabem que aqueles cruzados novos comprarão apenas 70% dos bens que compravam, ao final de 30 dias. Por isso, procura o Banco Central — o banco dos bancos — e exige a remuneração de 1,5% ao dia, como exigiu o seu cliente, sob a alegação de que a responsabilidade pela reserva de valor da moeda é do órgão emissor, ou seja, do BC.

O banco troca o cruzado novo pela LFT (Letra Financeira do Tesouro), que é um título da dívida pública remunerado em 1,5% ao dia, mas permanece como depositário dos cruzados novos, que são retirados do mercado. "Retirando de circulação aquela moeda e transformando-a em *papel pintado*, a moeda LFT expulsa a moeda cruzado de circulação", conclui o economista, no final do exemplo.

Ou seja, quem pode deixar seus cruzados no banco e ganha a taxa do over. Quem não pode mantém o dinheiro no bolso e tenta pagar a passagem do ônibus e o litro do leite, que custam cada vez mais cruzados, que estão garantindo a remuneração da LFT, a moeda boa, que não perde valor e que fica nas mãos daqueles que têm acesso ao over. No final das contas, as perdas acumuladas pelos pobres em 1989, em função da inflação e da taxa do over — a mais alta média registrada pela história do país —, chegam a US\$ 25 bilhões, se for mantida a atual política de juros até o final do ano. (M.A.A.)